

Áreas protegidas em África

A definição de Áreas Protegidas foi apresentada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) no *IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas e Parques Nacionais*

em 1992. Mais tarde, na Declaração do Milénio (2000), as Nações Unidas reconheceram que a sustentabilidade ambiental é um dos factores fundamentais na prossecução do desenvolvimento, tendo contemplado este princípio no Sétimo Objectivo (Assegurar a Sustentabilidade Ambiental) definindo-o como a nova ética na conservação e na promoção de acções ambientais (UNEP, 2007). Um dos indicadores utilizados a nível internacional para avaliar o princípio de sustentabilidade ambiental consiste na definição da rácio das áreas protegidas tendo por base a totalidade do território nacional. Este instrumento alerta para a importância de valorizar a preservação da natureza e a biodiversidade de forma a conservar os recursos necessários que garantam a continuidade da vida humana. Dado o carácter sistémico, abrangente e interdependente dos recursos ambientais, este indicador evidencia importância a nível nacional, regional e internacional. Na maioria dos países, a criação, a gestão e a manutenção de Áreas Protegidas, bem como a conservação da diversidade bioló-

gica, requerem enquadramento legislativo adequado que viabilize assegurar o controlo e a redução dos impactos não desejáveis resultantes da acção humana não planeada. Na África Subsariana, uma das principais ameaças ambientais, incluindo em zonas de tampão e em contexto de Área Protegida, resulta da intensa intervenção humana. São inúmeros os exemplos habitualmente referenciados e que indiciam que, para satisfazer necessidades imediatas relacionadas com o consumo e rentabilização de recursos, que podem incluir actividades de transformação e comercialização, as populações utilizam de forma indiferenciada recursos naturais, sem manifestarem preocupação com a urgência da conservação.

África e contextos ambientais

Do ponto de vista ambiental, o continente africano é vulgarmente definido como um mundo de contrastes, dado ser possível encontrar diferentes tipos de ecossistemas, cada um caracterizado por elementos paisagísticos e patrimoniais específicos. Em qualquer uma das áreas consideradas encontram-se comunidades humanas que estabelecem relações muito diversificadas com o espaço e com os recursos de fauna e de flora. Contudo, na generalidade do continente, as populações estabelecem um contacto directo com o Am-

IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA ÁFRICA SUBSARIANA

Região	N.º de áreas protegidas	Total das áreas protegidas (km ²)	Total de área territorial (km ²)	% Áreas protegidas
Mundo	63.361	15.876.976	168.573.428	9,42
PED	12.733	9.272.595	98.508.060	10,36
África Subsariana	2.903	2.370.429	25.164.328	9,42

Fonte: Adaptado de <http://www.iucn.org>

biente, do qual dependem para sobreviver e produzir, marcado pela continuidade e pela permanência sem que exista um planeamento prévio com carácter sistemático.

A diversidade de ecossistemas evidencia a existência de um Ambiente rico em características, habitats e espécies, podendo particularizar-se grandes regiões em função dos tipos predominantes.

De uma forma genérica, podem distinguir-se pelo menos quatro tipos principais de contextos ambientais em África, nos quais a preservação e as acções de conservação que lhe estão associadas têm adquirido importância ao longo do tempo: o terrestre; o costeiro; o marinho; e o fluvial. Assim, no que respeita ao meio terrestre, identificam-se áreas florestais, destacando-se as florestas tropicais húmidas, as zonas montanhosas e de elevações demarcadas, a savana arbustiva, que apresenta traços de grande influência em todo o continente e as extensas áreas desertas. O meio costeiro rodeia toda a área continental, evidenciando características específicas em função da influência directa do oceano Atlântico ou do Índico, sendo evidente a importância ambiental nas pequenas regiões insulares. O meio marinho apresenta grande riqueza e diversidade, já que o continente depende directamente de dois Oceanos e indirectamente de outros fluxos aquáticos de água salgada que criam zonas específicas. Os ecossistemas fluviais são marcados pela diversidade biológica resultante da existência de rios de grande caudal com diversidade biológica de flora e de fauna, complementados em alguns casos por bacias hidrográficas e lagos.

Independentemente dos ecossistemas e dos contextos, o continente africano é actualmente caracterizado pela existência de uma grande multiplicidade de áreas protegidas, maioritariamente classificadas em Reserva, Parque Nacional e Parque Natural, registando-se ainda a existência de Paisagens Prote-

gidas e de Monumentos Naturais, estando estes particularmente menos formalizados.

Comunidades e conservação em Área Protegida

Em África, a estreita relação entre as populações locais e o Ambiente revela uma tendência elevada para a existência de agregados familiares a viver em situação de pobreza, estando particularmente referenciada em meios rurais.

Face à incapacidade e dificuldade produtivas, as comunidades têm perpetuado a prática da recolha e da extracção de recursos naturais para consumo, venda ou transformação, estimando-se que 71% destas acções afectem Áreas Protegidas (UNEP, WCMC, 2009). As razões para um valor percentual tão elevado relacionam-se com a proliferação de práticas de caça furtiva, pesca não regulamentada e recolha de madeira para efeitos de combustível. Estes casos de sobrecarga humana no Ambiente podem ser exemplificados com os Parques Bwindi Impenetrable e Mgahinga no Uganda.

Os levantamentos socioeconómicos e os estudos analíticos sobre os impactos das actividades humanas nas Áreas Protegidas com efeito de longo prazo escasseiam, sobretudo no que respeita à identificação de experiências concretas em meio africano. Face às características socioculturais que definem a população africana, distinguindo-a da de qualquer outra região do Mundo, os princípios inerentes à gestão participativa das Áreas Protegidas e ao envolvimento de grupos locais nas acções promovidas surgem de forma espontânea, valorizando-se a responsabilização de grupos-alvo e a consciencialização para a identificação de alternativas a algumas práticas tradicionais. Podem indicar-se alguns exemplos de referência (IUCN, 2006): os Parques Marinhos de Malindi e de Wátamu no Quénia; a Área de Gestão de Lupanda Game e o Parque

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) propõe uma definição para Áreas Protegidas, internacionalmente aceite, como “uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados, e gerida através de meios legais, ou outros eficazes” (<http://www.iucn.org>).

Existem várias classificações de áreas protegidas dependendo da instituição que as propõe. Seguindo um critério classificatório abrangente, apresentado pelo Instituto de Conservação da Natureza (<http://portal.icn.pt>), podem considerar-se cinco grandes tipos de áreas protegidas:

I. Parque Nacional: área delimitada e dotada de ecossistemas não modificados, ou pouco transformados, pela actividade humana nos quais habitam espécies de reconhecido interesse ecológico, científico e educacional;

II. Parque Natural: caracterizado pela existência de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse nacional;

III. Reserva Natural: área vocacionada para a protecção de habitats de flora e de fauna;

IV. Paisagem Protegida: área dotada de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse regional ou local;

V. Monumento Natural: elemento natural dotado de aspectos que, pelas particularidades estéticas e/ou raridade ecológica ou científica, requer conservação e manutenção.

As áreas protegidas têm por vocação a preservação das paisagens, dos ecossistemas e da diversidade biológica, contribuindo para a definição e adopção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspectiva de longo prazo.

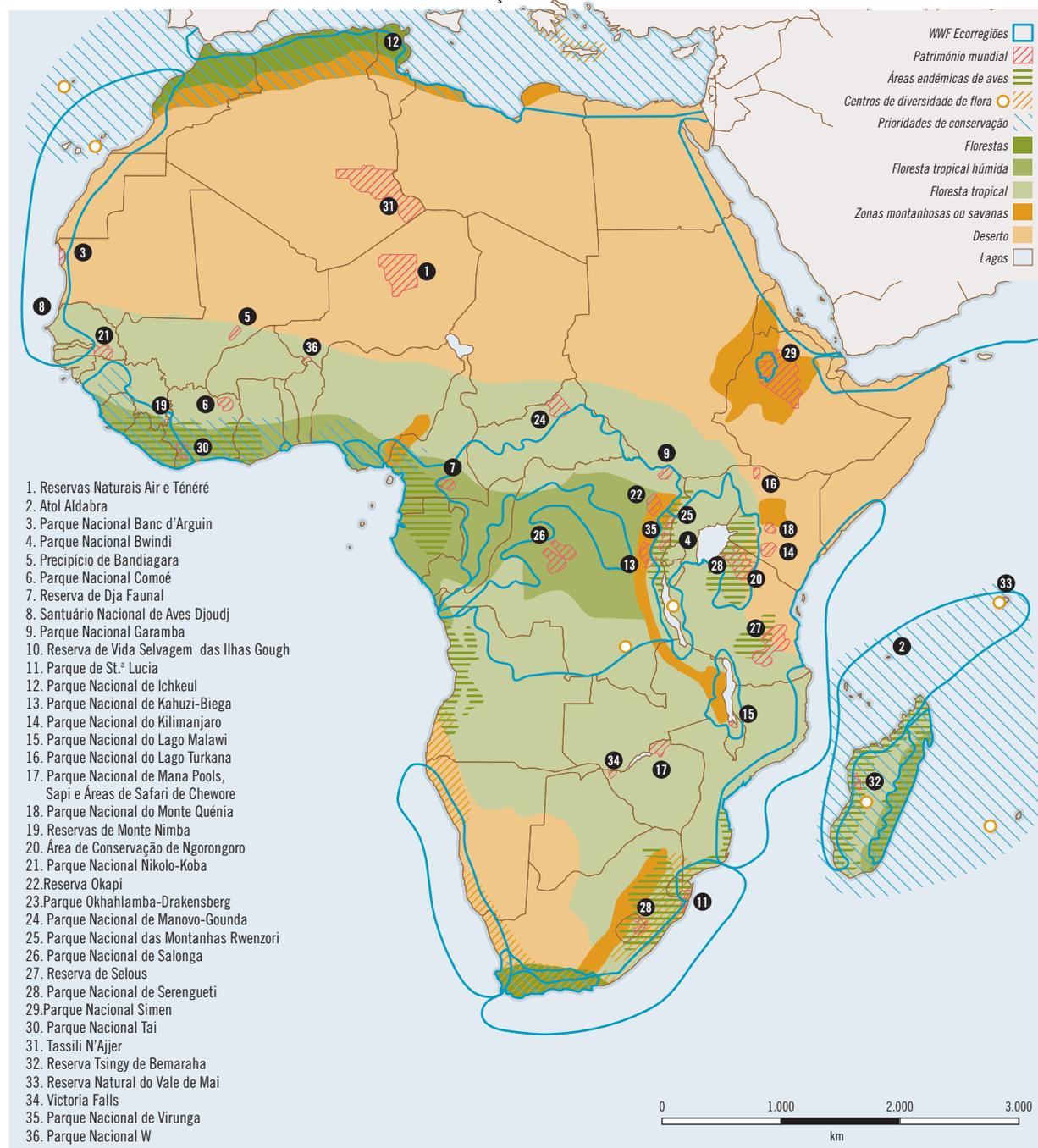
Nacional South Luangwa na Zâmbia.

A identificação de formas alternativas de planeamento das Áreas Protegidas envolvendo as comunidades de base implica a adopção de sistemas de co-gestão entre populações locais, organizações da sociedade civil, tais como Organizações Não Governamentais, e autoridades governamentais descentralizadas. Esta opção implica a criação de legislação específica de enquadramento, como sucedeu no caso habitualmente referenciado de Kwazulu-Natal na África do Sul.

As áreas de conservação comunitária deixam de ser entendidas como *fortress conservation*, flexibilizando a tomada de decisões no que respeita à modificação de ecossistemas, à conservação da diversidade biológica, à criação de serviços específicos e à adaptação de valores e de padrões culturais que fundamentam a vida comunitária, conferindo-lhes sistemas de identidade e reforçando o sentimento de pertença. Podem referenciar-se algumas experiências que evidenciam a existência de boas práticas, em que as comunidades se envolvem de facto, reestruturando uma parte da vida familiar com o intuito de recriarem espaços naturais. Por exemplo, os Maasai do Quênia e Tanzânia que habitam nas zonas de fronteira com os Parques Nacionais Tsavo, Amboseli e Kilimanjaro (IUCN, 2006) implementaram um santuário comunitário de vida silvestre que, além do objectivo da protecção ambiental e de criação de uma melhor relação entre as comunidades e o Ambiente, tem sido potenciado para fins turísticos, permitindo reforçar economicamente os rendimentos dos grupos familiares.

Apesar de ser reconhecida a importância do envolvimento comunitário, a maioria das Áreas Protegidas africanas permanece com uma gestão formalizada e fundamentada no direito que legitima o controle, a fiscalização e a gestão destes espaços. Estas situações são claramente evidenciadas pelas Áreas Protegidas dos países africanos pertencentes ao espaço lusófono: em Cabo Verde, os Parques Naturais da Serra da Malagueta, do Fogo, de Monte Verde, e de Montegordo; em São Tomé e Príncipe, o Parque Natural Obô e as Zonas Ecológicas de Malanza e Praia das Conchas; as treze zonas de Protecção Integral de Angola, as sete Áreas Protegidas

PATRIMÓNIO AMBIENTAL MUNDIAL E PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ÁFRICA



Nota: Toda a região africana é coberta pelo Global 200 Ecoregião Terrestre.
 Fonte: UNEP-WCMC WDPa.

da Guiné-Bissau, incluindo a Reserva da Biosfera dos Bijagós; e em Moçambique, os Parques Nacionais Marinhos. Nos casos dos países africanos lusófonos, a valorização do Ambiente é recente, sendo a planificação, gestão, controle e fiscalização das Áreas Protegidas atribuída a entidades governamentais (Ministérios, Direcções-Gerais, Institutos, Gabinetes de Ambiente), eventualmente de natureza descentralizada (Fundos). Esta gestão tem sido apoiada de forma particular por programas de

cooperação internacional promovidos por organizações internacionais de Ambiente, como a WWF e a UICN.

De uma forma conclusiva, é consensual a ideia de que, independentemente da classificação, as Áreas Protegidas podem ser consideradas como instrumentos metodológicos de valorização da relação entre as comunidades e os recursos ambientais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável através da implementação de planos de utilização. Neste sentido e de

forma consequente, as acções de conservação promovem estratégias de redução da pobreza, em particular das comunidades rurais que maior dependência do meio evidenciam. ■

Referências

- UNEP (2007) — Millennium Development Goals. Indicator 26. Protected Areas Report. World Conservation Monitoring Centre.
 UNEP, WCMC (2009) — Data structure of the world database on Protected Areas (WDPA), Annual Release 2009.
 IUCN (2006) — As Áreas Protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e Limitações. Gland, IUCN.